

Nina Rodrigues e Canudos: Sociologia da Antropologia Criminal (1897)

Gustavo Hipolito Giaquinto¹
Wendy Cristina Giroto²

1. Graduando em Ciências Sociais e Pós-Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (FFC-Marília). E-mail para contato: hipolito.giaquinto@gmail.com.
2. Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (FFC-MARÍLIA). E-mail para contato: wendygirotto@outlook.com.

Resumo

O presente texto busca abordar as condições sociais que marcaram o processo de criação do artigo “A loucura epidêmica de Canudos: Antônio Conselheiro e os Jagunços” (1897) escrito por Nina Rodrigues (1862-1906). Ao evidenciar a estrutura social enquanto condição de existência, poderemos compreender a influência do contexto histórico e social sobre o produto intelectual em questão. Buscaremos apontar as evidências da emergência de novos saberes que virão se estabelecer, e como esta produção está carregada de

uma lógica compreendida hoje como racista. Contudo, além do aspecto epistemológico do texto, buscaremos apresentar dados conjecturais da sociedade brasileira no pós-abolição (1888), além das situações de vida específicas do nordeste brasileiro, permitindo uma compreensão do próprio objeto de pesquisa de Nina Rodrigues (1897), como produto destas condições. Assim, poderemos efetivar uma sociologia que agregue estrutura social e análise do discurso.

Palavras-chave: pensamento social brasileiro; pensamento médico-legal; antropologia brasileira; psicopatologia.

Introdução

O pensamento médico ao final do século XIX, no Brasil, teve uma importante e expressiva atuação em disciplinar e definir o que é a sociedade brasileira. É possível identificar, no setor médico, um foro organizado de reflexão da vida social, em que os esforços teóricos deste setor podem ser indicados como uma primeira matriz do pensamento social no Brasil antecedendo a formação de diversos campos científicos, dentre eles, as ciências sociais. (ANTUNES, 1998)

Atualmente há relevantes estudos que tomam os escritos de Nina Rodrigues como expressão intelectual da transição do Império para a República. Entre eles podemos fazer menção dos seguintes autores: Mariza Corrêa (1988), Evandro C. P. Duarte (2002), Ana Maria Galdini Raimundo Oda (2003), Edmundo de Oliveira Gaudêncio (2004), Luciano Goes (2015), Naila Ingrid Chaves Franklin (2017). Neste conjunto de produções, cada pesquisador buscou em sua especificidade de formação trazer possíveis abordagens no que concerne a formação de campos científicos e seus desdobramentos sociais, tendo como objeto de análise os escritos de Nina Rodrigues.

Dentre a bibliografia previamente consultada, Mariza Corrêa (1988) é referência canônica na abordagem acerca de Nina Rodrigues. Contudo, sua autoridade origina-se de um resgate das diversas facetas de Nina Rodrigues e a “Escola Nina Rodrigues” criada posterior a sua morte. Para além de Corrêa (1988), um conjunto de pesquisadores recentemente tomaram Nina Rodrigues como objeto privilegiado de investigação. Evandro C. P. Duarte (2002), Luciano Góes (2015) e Naila I. C. Franklin (2017) são os autores que abordaram Nina Rodrigues enquanto criminólogo. Duarte (2002) se propôs a remontar o debate sobre a criminalização de etnias, a partir de autores como: Nina Rodrigues, Clovis Beviláqua e Tobias Barreto. Luciano Góes (2015) buscou analisar a conversão efetuada por Nina Rodrigues da teoria lombrosiana enfatizando o paradigma fundado pela criminologia

positiva. Demonstra como paradigma etiológico de Lombroso³, foi inserido na questão criminal. Franklin (2017) se propôs a buscar nos escritos de Nina Rodrigues os aspectos em que são interseccionados misoginia e racismo. A partir de uma epistemologia feminista, contribuiu para que o debate acerca do controle social identificasse valores masculinos na construção da antropologia criminal positiva.

Maria G. R. Oda (2003) realizou um extenso exercício analítico sobre os fundamentos teóricos de Nina Rodrigues e os seus debates travados com a comunidade médico-psiquiátrica em geral e especialmente com Juliano Moreira⁴ sobre os fundamentos da psiquiatria no Brasil.

Gaudêncio (2004) em sua tese de doutorado, investigou a gênese da terminologia bandido e criminoso. Orientado por uma abordagem pós-estruturalista, buscou realizar uma arqueologia do bandido. Apresentando os usos sociais da ciência e de terminologias que remontam ao setecento francês, pôde demonstrar como que o termo bandido passa de uma categoria particular (remetendo à criminoso político no início do século XIX no Brasil) para uma categoria geral designativa do delinquente (entre o final do século XIX e início do século XX).

O presente artigo tem como objetivo contribuir ao campo de estudo do pensamento social abordando Nina Rodrigues (1862-1906) no artigo “A loucura epidêmica de Canudos: Antônio Conselheiro e os Jagunços” (1939 [1897]). Para problematizar devidamente as reflexões e abordagem de Nina Rodrigues (1939 [1897]), é necessário realizar as devidas contextualizações dos conjuntos de mudanças ocorridas no território nacional. Portanto, o leitor entrará em contato com o discurso mobilizado por Nina Rodrigues (1939 [1897]) sendo situado ao contexto em que o nosso objeto de análise emerge: “A loucura epidêmica de Canudos: Antônio Conselheiro e os Jagunços” (1939[1897]).

³Cesare Lombroso (1835-1909) foi médico e professor universitário italiano que fundou e difundiu em meados dos anos 70 do século XIX o ideário biodeterminista aplicado ao campo de estudos da criminalidade.

⁴Segundo Oda e Dalgalarondo (2000), Juliano Moreira (1873-1933) é reconhecido frequentemente como fundador da psiquiátrica enquanto disciplina no Brasil. Tendo tido uma atuação incisiva na discordância da tese da degeneração do povo brasileiro à mestiçagem.

O trabalho analisado passa por uma narrativa histórica de Canudos e biográfica da vida de Antônio Maciel (antes de ser reconhecido por Antônio Conselheiro), nos termos da psicopatologia e da antropologia criminal. É nesse sentido que pretendemos apresentar ao leitor como foi construído aquilo que talvez seja o primeiro manifesto que criminalizou e patologizou a população de Canudos (Belo Monte), sendo este um movimento emblemático de luta pelo direito ao solo, habitação, trabalho e dignificação da vida cotidiana no contexto do sertão nordestino.

Metodologia: forjando ponto de contato entre Sociologia do conhecimento e Arqueologia do saber

Para o desenvolvimento da pesquisa contamos com o apoio metodológico de Mannheim em "Ideologia e Utopia" (1952). Mannheim (1952) realiza contundentes apontamentos sobre a formação das análises epistemológica e psicológica das ideias, onde, inicialmente, fora negligenciado o fator social. Compreendendo que as análises epistemológicas e psicológicas surjam em um momento do declínio da ordem social medieval, e na aurora dos valores burgueses, indica a coerência dos valores liberais com a compreensão individualista da realidade. Ao apontar que a negligência da esfera social obstrui a compreensão da natureza do pensamento, primaremos pelo reconhecimento do caráter social do conhecimento para compreensão das ideias de uma época (MANNHEIM, 1952 p. 29). Portanto, ao aproximarmos a esfera social da particularidade de Nina Rodrigues (1939 [1897]) firmamos a nossa perspectiva histórico sociológica, nos afastando de uma abordagem epistemológica ou psicológica do conhecimento.

A compreensão da relação entre teoria social e prática política está subsidiada pela compreensão das práticas discursivas em suas redes enunciativas. Portanto, os conceitos de formação discursiva e suas regras de formação, postulado por Foucault em "Arqueologia do saber" (2010)⁵,

⁵ "No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem,

serão ferramentas úteis para compreender o modo de organização das ideias expressas por Nina Rodrigues (1939 [1897]). A relação que se estabelece entre os resultados teóricos e a prática instrumentalizada de saberes.

Ao estabelecer relação entre linguística e as ciências sociais tendemos a romper com cisões entre linguagem e sociedade histórica. A análise do discurso redimensiona o objeto discursivo, em suas formas de saber, enquanto práticas disciplinares. Recortaremos os instrumentos científicos (conceitos, pressupostos, objetos, temas, etc.) como meio de interpretação da prática de saberes de controle social do final do século XIX. Aplicando os recortes aos escritos de Nina Rodrigues (1939 [1897]), tornaremos a reposicioná-lo ao nível das suas condições de existência (ORLANDI, 1994).

A relação tríplice entre teoria, objeto e prática social apoia-se de forma mútua e complexa permitindo uma pesquisa do pensamento social, da prática científica e da estrutura social. Estas são as condições necessárias para que possamos efetivar uma sociologia do conhecimento colonial que agrega o estudo da estrutura social com a análise do discurso.

Contexto: o sertão de Canudos

A mobilização dos movimentos abolicionistas da década de 1880, frente ao modelo produtivo escravagista, tensiona a eclosão de conflitos urbanos e rurais com maior veemência. Estudos como o de Maria Helena Machado (1994), dedicado à história social da escravidão, demonstra que mesmo os negros na condição de escravo não deixavam de resistir frente ao poder senhorial, aumentando a apreensão frente ao temor de um conflito étnico ou até mesmo de classe, mesmo que não existisse condição para tal, como pondera Florestan Fernandes (1965). Portanto, o temor da

correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como "ciência", ou "ideologia", ou "teoria", ou "domínio de objetividade". Chamaremos de *regras de formação* as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas). As regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva." (FOUCAULT, 2010, p.43)

improdutividade na agricultura e da revolta de escravos e libertos contra os senhores brancos, que tal abolição poderia acarretar, tinha como resposta a importação de mão-de-obra europeia que cumpriria a dupla tarefa de trabalhar e trazer uma cultura de paz pelo branqueamento da sociedade brasileira (HOFBAUER, 2006).

Em relação a especificidade do contexto nordestino⁶, acreditamos que há diversas situações de grande relevo ao final do século XIX que poderiam ser elencadas, especialmente no que tange as condições climáticas⁷, mas para os fins deste artigo elencaremos apenas: a utopia popular de Belo Monte⁸, conhecida também por Canudos.

Em 1893, Belo Monte é erguida pelas mãos do povo sertanejo, sem imposto, sem polícia do governo e com condições de trabalho iguais. Em um quadro pós-abolição, Antônio Conselheiro que andava pelos sertões pregando a palavra do Senhor questionando a legitimidade do poder clerical e das posses latifundiárias, agora passa a administrar a nascida cidade portadora de sentimentos comunitários. Belo Monte chamou a atenção das autoridades locais pela atratividade nas condições de vida cotidiana. Como consequência, foi difamada, sendo inclusive conhecida por Canudos (CHIAVENATO, 1988). Até onde nos consta a origem do nome reside

⁶ Para falarmos em termos de nordeste é de importância realizarmos contornos sociais, históricos e culturais. A ideia da região *nordeste* no Estado brasileiro nasce entre o final do XIX e início do século XX em meio a uma contraposição a regiões tidas de caráter cosmopolita como São Paulo e Rio de Janeiro. Os critérios para construção de identidades regionais no território nacional centrava-se na condição e aspecto do: desenvolvimento urbano, saneamento básico, composição etnológica, biomas que compõe a paisagem e condições climáticas (especialmente eventos de crises climático-ambiental) que compõe o território brasileiro (cf. de Castro Neves, 2012, p.8-12).

⁷ "Para que se possa ter uma ideia dessa calamidade, basta lembrar que só no Ceará, cuja população total era de pouco mais de 800 mil habitantes, morreram cerca de 60 mil pessoas de fome, sede e varíola e outras 60 mil tiveram que abandonar a província se deslocando para a Amazônia, onde tinha início o ciclo da borracha. O gado bovino, principal fonte de proteína, foi praticamente dizimado, estimando-se que morreram mais de 600 mil cabeças. O mesmo ocorreu com o gado miúdo (cabras, ovelhas, etc.) de que se alimentava população pobre. Durante esses dois anos, hordas imensas de flagelados chegavam sem cessar ao litoral, vales e serras férteis onde se podia tentar escapar a morte. Tais locais – como o vale do cariri, no sul do Ceará – evidentemente não estavam preparados sob nenhum aspecto para receber um reforço populacional tão grande" (DÓRIA, 1981, p. 30-31).

⁸ Visando o enxugamento da pesquisa para fins de artigo não iremos nos debruçar acerca da vida cotidiana em Belo Monte. Para mais informações cf. Muniz (1978) e Cunha (1984 [1902]).

antes mesmo a constituição de Belo Monte (1893). Segundo o testemunho de um sacerdote, dado produzido e publicizado por Euclides da Cunha (1984[1902])⁹, tal região (que antes era apenas uma “fazenda velha”) era habitada desde 1876 por pessoas altamente armadas, além disso, a população local era adepta ao consumo constante e excessivo de álcool e fumo em cachimbos de barro feitos com canudos extensos. Tais tubos eram naturalmente fornecidos pelas “solanáceas” (ou em outros termos canudos-de-pito) à beira rio (CUNHA, 1984[1902] p.190; MONIZ, 1978, p.40-41). Essas informações indicam uma ambiguidade de sentidos na expressão Canudos: um remete a um elemento característico do ambiente natural e a outra estabelece a relação do sentido a um perfil de pessoas que habitaram aquela região.

Além da difamação, sofreu três ataques militares, sucumbindo na quarta expedição em abril de 1897. Como se não bastasse o assassinato em massa da população local, Antônio Conselheiro, já falecido por doença dias antes do último confronto, foi desenterrado e teve a cabeça decepada para que se pudesse identificar o corpo e para exames de perícia médica (autópsia) (CHIAVENATO, 1988). Com o fim de impedir o desenvolvimento da fé em Antônio Conselheiro e seu legado histórico, o crânio foi oferecido pelo médico chefe da expedição, major Dr. Miranda Cúrio, para o então preparador de medicina legal Dr. Sá Oliveira¹⁰ e Raymundo Nina Rodrigues. Como resultado da perícia avaliaram o crânio como normal. Tal resultado não impediu que Nina Rodrigues diagnosticasse novamente¹¹ Antônio

⁹Tal informação encontra-se na parte II: O Homem, especialmente no capítulo V, no primeiro subtópico: Canudos: antecedentes. A reconstrução da antecedência do local por Cunha (1986[1902]) já visa produzir traços estigmatizantes. A começar que buscou fundar um mito de origem a partir da perspectiva de uma autoridade moral religiosa. Ao documentar a explicação de um Padre que na época era Vigário de Cumbe, definia que aquela região nomeada sob a expressão “Canudos” está escamoteado a história de homens infames. Negando o reconhecimento daquele território sob a rubrica de Belo Monte constituída em 1893.

¹⁰ Até o momento não obtivemos informações detalhadas sobre quem foi Dr. Sá Oliveira. Seu nome aparece no testemunho de Nina Rodrigues cf. Nina Rodrigues, 1939(1898), p. 88.

¹¹ O resultado corrobora a avaliação inicial, escrita no artigo de 1897: “Cremos que a loucura do chefe desta turba foi suficientemente demonstrada em nosso estudo precedente, que advoga com eloqüência o diagnóstico de uma psicose sistematizada primitiva, do delírio crônico de Magnan, pelas circunstâncias seguintes: a longa duração do delírio, suas transformações em fases bem distintas, a sistematização delirante perfeita, as alucinações do alienado.” (RODRIGUES, 1939 [1898], p.88).

Conselheiro como portador de “delírio crônico de evolução sistemática” (RODRIGUES, 1939[1898], p.89). Neste artigo de 1897 o exame realizado por Nina Rodrigues teve como objeto de investigação a história individual de Antônio Conselheiro. Foi a partir de uma inspeção dos registros e informações existentes de Antônio Conselheiro que Nina Rodrigues pôde criar quadros de um pseudo “agravamento da doença”.

Belo Monte em sua situação de guerra e paz é um evento que marcou a história e a memória do país sob a rubrica de Canudos. Vale ser colocado que todo o século XIX no Brasil foi atravessado pela preocupação com ordenamento social. Sobretudo no início do século XIX, em que a preocupação primeira decorria da possibilidade da abolição da escravidão. Com o decorrer do século, os conflitos étnicos entre escravos/libertos versus senhores era um horizonte comum, um componente sensível e temerário que rondava a sociedade colonial, sobretudo, em seu período pré-abolição. (ODA, 2006; AZEVEDO, 1987).

Pensamento Social: Nina Rodrigues

É no Brasil do século XIX que há também a emergência de estudos sistemáticos sobre higiene e saúde pública. Os pareceres médicos frente ao poder soberano, após a institucionalização das Faculdades de Medicina no Brasil em 1832, mais precisamente, no Rio de Janeiro e na Bahia, passam a constar a obrigatoriedade da consulta a especialistas médicos por parte do poder jurídico sobre ocorrências cotidianas. A profissão médica no Brasil passa a cumprir uma missão de governança da vida e controle dos costumes da sociedade. (SANTOS FILHO, 1947) Aqui passa a se delinear a efetivação do controle social pelo discurso da saúde pública. O poder central, que controla a formação dos profissionais médicos, se ramifica pelo corpo social, sendo este um marco da modernização e mudança de paradigmas na forma de controle urbano da sociedade civil brasileira.

O presente artigo buscou elencar ao leitor os principais elementos acerca da lógica racialista expressa no escrito: “A loucura epidêmica de Canudos: Antônio Conselheiro e os Jagunços” (1939[1897]). Vale ser

ênfatisado que a “A loucura das multidões: Nova Contribuição ao Estudo das Loucuras Epidêmicas no Brasil ” (1939[1898]) é um artigo de grande importância que dá continuidade aos desdobramentos teóricos contidos na “A loucura epidêmica de Canudos: Antônio Conselheiro e os Jagunços” (1939[1897]).

Para a compreensão discursiva é necessário estar a par do tempo dos artigos. O artigo de 1897 foi publicado em novembro na Revista Brasileira (ano III tomo XII), porém, escrito durante a última expedição em que Canudos ruiria. No entanto, o artigo de 1898 foi publicado e escrito após a ruína de Canudos, tendo Nina Rodrigues acesso ao crânio de Antônio Conselheiro para aplicação técnica da craniometria.

No que se refere à densidade teórica, é expressivamente mais significativo o escrito “A loucura das multidões: Nova Contribuição ao Estudo das Loucuras Epidêmicas no Brasil” (1939[1898]), tanto em número de páginas quanto a elementos e referenciais teóricos mobilizados. Mesmo assim, selecionamos o artigo “A loucura epidêmica de Canudos: Antônio Conselheiro e os Jagunços” (1939[1897]) por ser uma reflexão integralmente voltado a situação de Belo Monte (Canudos), coisa que o artigo de 1898 não oferece com tanta atenção. Ao colocarmos em foco o artigo “A loucura epidêmica de Canudos: Antônio Conselheiro e os Jagunços” (1939[1897]), as categorias: jagunço, atavismo, epidemia, fetiche, sugestão e multidão se apresentaram fundamentais para sua análise. Essas são categorias chaves para compreender a abordagem de Nina Rodrigues (1897) sobre a população sertaneja, e em especial, a população de Belo Monte dentro dos termos da antropologia criminal e da psicopatologia.

A narrativa biográfica está dividida em três estados mentais, ou três fases estruturantes de uma “psicose primitiva” que progressivamente vai sendo agravada cristalizando seu “delírio” e tornado-se elemento ativo¹² de

¹² O uso da expressão elemento ativo e elemento passivo é usado por Rodrigues (1897/1898) para indicar a participação dos sujeitos que foram acometidos por loucura a um nível epidêmico. O elemento ativo no caso é referente a Antônio Conselheiro por ser portador de uma “psicose sistematizada primitiva e delírio crônico de Magnan”. Enquanto que o elemento passivo é referente aos “jagunços”. Estes em princípio tem uma predisposição a serem afetados pelo elemento ativo por serem portadores de instintos guerreiros, atávico, oferecendo um conteúdo social e político a loucura do elemento ativo, desencadeamento

uma epidemia de loucura. Para Nina Rodrigues as progressivas fases de psicose expressam claramente o fator social na sua loucura (RODRIGUES, 1939[1897], p.43). Primeira fase: é constituído até a sua internação na Bahia. Nesta primeira fase, uma série de ocorridos são indicados como evidências dos primeiros esboços da organização do delírio crônico sob a forma do delírio de perseguição, nestas evidências estão implicados surtos episódicos de agressão a familiares e repetidas mudanças de região para habitação. Por uma questão de limitação das fontes para se remontar a história individual de Antônio Maciel, o autor não se debruça tanto sobre essa fase, mas indica a suma importância que ela representa para a constituir sua loucura caracterizada por uma maior intensidade de atritos familiares, em que consistia uma fase inicial de loucura hipocondríaca.; Segunda fase: acometido de delírios crônicos e alucinações, Antônio Maciel encontra no batismo, após penetrar nos sertões da Bahia (1876), o início da sua carreira de missionário se dedicando ao ascetismo cristão, revelando uma “coerência lógica do delírio na transformação da personalidade”, passando de Antônio Maciel para Antônio Conselheiro. Pregando contra o luxo, entrando em conflito direto com maçons e alguns vigários, “anormaliza” a vida cotidiana da população sertaneja os levando a uma situação que Rodrigues (1897) chama de “vida errante e de comunismo”. Esta fase encerra-se com a sua prisão no Ceará. Até onde nos consta, Conselheiro foi suspeito de ter sido criminoso na sua província de origem mas no texto não há indicação do que seja à acusação.; A terceira fase caracteriza-se pelo desdobramento do delírio religioso após sua libertação, especialmente com o advento da República em 1889. Rodrigues (1897) justifica que a constituição da República representou para Conselheiro um feito daqueles que são seus adversários, e sua reação seguiu contra a emergente forma de governo. As grandes reformas promulgadas pela república nascente, tais como separação da Igreja do Estado, secularização dos cemitérios, casamento civil, etc, estavam talhadas de molde a justificar essa identificação (RODRIGUES, 1939 [1897], p.45).

de uma loucura das multidões. (RODRIGUES, 1939[1897],p.49)

Segundo Nina Rodrigues, há uma adequação do delírio de Antônio Conselheiro junto à convivência com os jagunços (sendo este o elemento passivo que sofre influência de sua loucura) fornecendo certa coerência ao estado psicótico. As manifestações epidêmicas da loucura necessariamente devem passar por três momentos básicos, grosso modo são: 1º A existência de um elemento ativo delirante, que necessariamente se impõe. A imposição delirante produz um efeito na multidão que reage coordenando o estado de loucura. 2º convivência prolongada entre o espírito delirante e normal. 3º o “contágio” se efetiva em fatos ocorridos em temores do passado e esperanças futuras comuns.

Em Canudos representa de elemento passivo o jagunço que corrigindo a loucura mística de Antônio Conselheiro e dando-lhe umas tinturas das questões políticas e sociais do momento, criou, tornou plausível e deu objeto ao conteúdo do delírio, tornando-o capaz de fazer vibrar a nota étnica dos instintos guerreiros, atávicos, mas extintos ou apenas sofreados no meio social híbrido dos nossos sertões, de que o louco como os contagiados são fiéis e legítimas criações. Ali se achavam de fato, admiravelmente realizadas, todas as condições para uma constituição epidêmica de loucura (RODRIGUES, 1939 [1897], p.49).

Vale atentar para a observação que se seguiu na citação anterior, em especial ao termo “atávico”. O conceito de atavismo é norteador para a compreensão de humanidade operada pelo médico-antropólogo. O atavismo não se apresenta enquanto doença, mas como propriedade do ser. Sendo esta propriedade o que constitui a etnia de uma população, não sendo passível de um tratamento de cura, mas de atenuar, quando convém, estes instintos por dispositivos eugênicos ou por instituições que possam garantir a ordem social. Contudo, apesar deste assunto ser de grande relevância, não pretendemos nos alongar mais sobre este ponto. Mas o que se coloca é a “qualidade atávica do mestiço”, que emerge nas condições de guerra. O que se supõe é um instinto belicoso herdeiro de uma tradição conflituosa em que a violência é sua natureza.

Duas categorias se apresentam de suma importância no texto: fetiche e sugestão. A noção de fetiche foi muito usada no texto “A loucura epidêmica de Canudos” de 1897, enquanto a noção de sugestão mal aparece. Colocamos a noção de sugestão em evidência, para que possamos melhor entender o que está sendo compreendido por epidemia nesta

psicologia coletiva do final do século XIX, por esse motivo acreditamos ser válido recorrer ao texto “A loucura das multidões” de 1898. Começamos pela noção de fetiche contida em Nina Rodrigues (1897).

O fetiche, ou fetichismo religioso, é uma categoria primordial para o entendimento do processo lógico operado por Nina Rodrigues (1897):

Decorrem desta concepção crenças populares que se transformam em obstáculos insuperáveis à aplicação regular das medidas sanitárias profiláticas. A população de cor despreza a vacina porque está convicta de que o melhor meio de abrandar a cólera do orixá é fazer-lhe sacrifícios que consistem em lançar nos acantos das ruas em que ele habita a sua iguaria favorita – milho estalado em azeite de dendê (RODRIGUES, 1939 [1897], p.53).

Esta posição nos remete a uma observação efetuada por Levi-Strauss (1989), que nos vem mais como uma indicação metodológica, de um erro comum da antropologia clássica em posicionar o conhecimento mágico e seus rituais em uma relação evolutiva ao conhecimento científico moderno, no qual, a magia acaba por se se apresentada como “a infância” e a ciência moderna a “maturidade” do pensamento. Para Rodrigues (1897), independente da crença da população ser de matriz africana ou cristã, o que está em questão são os “jagunços” em seus retardos evolutivos. O que está posto é a incorporação inadequada da cultura ocidental por parte da população sertaneja, especialmente em relação ao sistema político e a religião cristã, tida no texto como a religião mais avançada dentro do processo evolutivo social. Ocorre que, segundo Nina Rodrigues (1897), é que a população sertaneja adéqua o cristianismo as suas “capacidades cognitivas”, obtendo um produto fanático da religiosidade.

Esta forma de encarar as relações religiosas suprimem a possibilidade de uma compreensão não-etnocêntrica das fusões ocorridas, reduzidas a uma “imaturidade” étnica. Pressupõe-se, segundo Nina Rodrigues (1897), um espírito “infantil e inculto” cuja crença de uma população, supostamente de puro fetichismo, acaba por possuir força na orientação de suas condutas cotidianas.

A noção de fetiche foi usada para formar as bases deste enunciado: “Alimento a suposição de ter demonstrado com fatos que a população brasileira como é puramente fetichista ainda mesma na afirmação das suas

crenças católicas" (NINA RODRIGUES, 1939 [1897], p.54). Assim, esse aspecto fetichista se alinha ao nível de multidões. Para a compreensão deste processo, o uso da categoria sugestão toma peso para que se possa efetivar uma análise psicológica da coletividade de Belo Monte (Canudos). Tal categoria é usada na compreensão da associação psicológica entre Antônio Conselheiro (elemento ativo da loucura) e a população sertaneja (elemento passivo) (NINA RODRIGUES, 1939 [1897]). Amparado pela literatura de pensamento europeu, Nina Rodrigues (1898) entra no debate com os grandes teóricos sobre o tema e enuncia que a constituição de uma multidão passa necessariamente pelo contágio mental de ideias por sugestão coletiva.

A sugestão é compreendida como fator associativo o qual necessariamente transmite um conteúdo (não sendo exclusivamente violento). O estado de multidão não libera a condição atávica do ser, mas tornam intempestivas as emoções. O que se coloca é precisar o limite do louco enquanto minoria junto a movimentos populares, onde estados transitórios de loucura são formados, a partir das intensidades emocionais (NINA RODRIGUES, 1939 [1898], p. 65-71). A loucura de Antônio Conselheiro, contagia os "predispostos", emociona seus fiéis, e agrega o substrato de uma sociedade.

Conclusão

Para Nina Rodrigues (1897), o Jagunço é um produto etnológico particular dos sertões nordestinos, sendo este o mestiço específico do sertão que manteve aspectos da virilidade e ascendência silvestre, seja indígena e/ou negra. O caráter indomável e o gosto da vida nômade do índio são caracteres presentes no Jagunço; o instinto guerreiro foi o que mais se afinou às convicções monárquicas de Antônio Conselheiro. Nina Rodrigues (1897) faz o seguinte diagnóstico: "A população sertaneja é e será monarquista por muito tempo" (NINA RODRIGUES, 1939 [1897], p.51).

Ora, a constatação nada mais advém do paralelo evolucionista de história política para com a evolução social. A linearidade de Nina

Rodrigues (1897) funde a história política à das fusões étnicas. Suprimindo a complexidade das relações históricas e religiosas, suprimindo as condições de vida no enaltecimento da essência primitiva étnica, Belo Monte deixa de ser um movimento histórico-social de evidente luta pelo direito ao solo e condições igualitárias de vida para se tornar uma insurreição fetichista religiosa.

Ao observar a pretensa reflexividade antropológica e psicopatologicamente orientada de Nina Rodrigues nos foi possível observar essencializações projetadas dentro de um discurso científico. Reproduzindo e atualizando essencializações e tecnologias de dominação que fundaram a violenta sociabilidade escravocrata colonial. (PELS, 1997, p.172).

Pode-se verificar que a produção de conhecimento para ser compreendida, exige que posicionemos o texto ao seu contexto. Este estudo nos permitiu compreender a intrínseca relação entre: a estrutura social da nascida República (1889), em seus aspectos da saúde e segurança, e as ferramentas conceituais de produção teórica da sociedade brasileira operada por Nina Rodrigues (1897/1898).

O caso estudado por Nina Rodrigues (1897/1898) não é abordado exclusivamente em seus aspectos fisiológicos, há considerações dos fatores sociais. Contudo, os trabalhos de Nina Rodrigues (1897/1898) buscam demonstrar o caráter antissocial de uma população étnica acometida por uma doença, sendo o meio social a produção do conteúdo delirante.

Nina Rodrigues (1897/1898) ressalta em sua análise o negro e o indígena enquanto seres dotados de racionalidade e fecunda inteligência, porém são limitados em relação ao branco. Afasta assim, a ideia do atavismo enquanto causa, e o aloca, enquanto mais um fator. Contudo, ao concluir, o fator biológico suprime diversas considerações do meio social diante do postulado da degenerescência humana culpabilizando o Estado por não tutelar esta etnia não responsável sobre si.

A prática da análise clínica em que Nina Rodrigues está amparado, confunde os domínios do biológico e do comportamento social. As

consequências desta lógica o conduz tomar a população sertaneja em parâmetros de anormalidade social, chegando a uma conclusão de degenerescência social e étnica. A aposta em um erro de percepção, embebido de uma medicina fisiológica, o qual confunde aspectos físicos que não possuem correspondência alguma ao comportamento e a constituição da mente humana. O que nos dá maior evidência em concluir que o método é pautado em superstições e princípios lógicos racialistas. Para finalizar, vemos a emergência de uma “criminologia científica” na medida em que métodos, práticas de pesquisas e conceitos tradicionais às superfícies das projeções científicas da biologia, antropologia, sociologia, psicologia e psiquiatria se entrecruzam dentro de uma temática comum, as condutas antissociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES J. L. F. *Medicina, Leis e Moral: Pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)*, São Paulo, SP, 1998.
- AZEVEDO, C. M. M.de. *Onda Negra e Medo Branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- CORRÊA, M. *As ilusões da Liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. Bragança Paulista, BP:EDUSF, 1988.
- CHIAVENATO, J. J. *As lutas do povo brasileiro: do descobrimento a Canudos*. São Paulo, Moderna, 1988.
- DE CASTRO NEVES, Frederico. *O nordeste e a historiografia brasileira*. Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, v. 6, n. 10, p. 6-24, 2012.
- DÓRIA, C. A. *O cangaço*. São Paulo, ed. Brasiliense, 1981.
- DUARTE, E. C. P. *Criminologia & racismo: introdução à criminologia brasileira*. Curitiba, Juruá, 2002.
- DA CUNHA, E. (1902) *Os Sertões*. São Paulo: Três Livros e fascículos, 1984.
- FERNANDES, F. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo,

Dominus Editora, Editora da Universidade de São Paulo, 1965.

FRANKLIN, N. I. C. RAÇA, GÊNERO E CRIMINOLOGIA Reflexões sobre o controle social das mulheres negras a partir da criminologia positivista de Nina Rodrigues. Dissertação (Mestrado em Direito) Coordenadoria de pós-graduação, Universidade de Brasília – UnB, Brasília, DF, 2017.

FRANTZ, F. Os condenados da terra. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro, Editora civilização brasileira S.A., 1968.

FOUCAULT, M. A arqueologia do saber. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves – 7ª ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2010.

GAUDÊNCIO E. de O. Sociologia da Maldade & Maldade da Sociologia: arqueologia do bandido. Tese (Doutorado em Sociologia) Coordenadoria de Pós-graduação, Universidade Federal da Paraíba– UFPB. Campina Grande, PB, 2004.

GÓES, L. A “TRADUÇÃO” DO PARADIGMA ETIOLÓGICO DE CRIMINOLOGIA NO BRASIL: UM DIÁLOGO ENTRE CESARE LOMBROSO E NINA RODRIGUES DA PERSPECTIVA CENTRO-MARGEM. Dissertação (Mestrado em Direito) Coordenadoria de Pós-graduação, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, SC, 2015.

HOFBAUER, A. Uma história de branqueamento ou O negro em questão. São. Paulo, Editora Unesp, 2006.

LEVI-STRAUSS, C. O Pensamento Selvagem. Tradução de Tânia Pellegrini. Campinas, Papirus, 1989.

MACHADO, M. H. O Plano e Pânico. Os movimentos sociais na década da abolição. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

MANNHEIM, K. Ideologia e Utopia: Introdução à sociologia do conhecimento. Tradução de Emilio Willems – 2ª ed. Rio Grande do Sul, Livraria do Globo, 1952.

MONIZ, E. A Guerra Social de Canudos. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S.A., 1978.

NINA-RODRIGUES, R. A loucura epidêmica de Canudos In: As coletividades anormais (organização, prefácio e notas de Artur Ramos), Rio de Janeiro,

1939.

____. *A loucura das multidões* In: *As coletividades anormais* (organização, prefácio e notas de Artur Ramos), Rio de Janeiro, 1939.

____. (1902) Atavismo psíquico e paranoia. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 12, n. 4, p. 766-789, dezembro 2009

____. (1903). A paranoia nos negros: estudo clínico e médico-legal. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 161-178, jun. 2004 (parte 1); v. 7, n. 3, p. 131-158, set. 2004 (parte 2); v. 7, n. 4, p. 217-239, dez. 2004 (parte 3).

ODA, A. A. I. *A Guerra das Raças: Estudo do pensamento social brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Coordenadoria de Pós-Graduação, Universidade Estadual Paulista – UNESP. Marília, SP, 2006.

ODA, A. M. G. R. *Alienação Mental e Raça: A psicopatologia comparada dos negros e mestiços brasileiros na obra de Raimundo Nina Rodrigues*. Tese (Doutorado em Ciências Médicas) Coordenadoria de Pós-graduação, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas, SP, 2003.

ODA, A. M. G. R.; DALGALARRONDO, P. *Juliano Moreira: um psiquiatra negro frente ao racismo científico*. *Rev. Bras. Psiquiatr.*, São Paulo, v. 22, n. 4, p. 178-179, Dec. 2000. Acesso: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S15164446200000040007&lng=en&nrm=iso>. access on 10 Aug. 2018.

ORLANDI, E. P. *Discurso, Imaginário social e Conhecimento*. Brasília: Em aberto, ano 14, n.61, jan./mar. 1994

PELS, P. *The Anthropology of Colonialism: Culture, History, and the Emergence of Western Governmentality*. *Annual Review of Anthropology*, vol. 26, 1997, pp. 163–183.

PIMENTEL, M. P. *Breves notas para uma história da criminologia no Brasil*. *Revista Faculdade de Direito UFG*. v.4 n.2 p.231-240, jul/dez. 1980.

SANTOS FILHO, L. *História da Medicina no Brasil: Do século XVI ao século XIX*. São Paulo, Brasiliense LTDA, 1947.